



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15941 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

O TRABALHO ENTRE JOVENS DA EJA: DA CENTRALIDADE NA VIDA À AUSÊNCIA NA ESCOLA

Ivan Faria - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

Rafaela Raimundo Dias - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

**O TRABALHO ENTRE JOVENS DA EJA: DA CENTRALIDADE NA VIDA À AUSÊNCIA NA ESCOLA**

---

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho permanece central na vida de jovens de origem popular, estejam eles(as) incluídas ou não no mundo laboral. Eles(as) convivem com a emergência de novas ocupações mediadas por plataformas digitais, ao mesmo que permanecem atrelados a postos de trabalho tradicionais marcados pela baixa qualificação exigida e precarização da remuneração e dos vínculos.

Tais experiências de inserção no mundo laboral se constituem como um dos motivos principais tanto para a saída, quanto para o retorno à escola. A obtenção da certificação escolar pode ser decisiva para que um(a) jovem se mantenha ou seja promovido(a) no próprio local de trabalho, ou ainda, possa buscar alguma mudança de profissão ou outros postos com melhores condições laborais (Dias, 2024).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é o espaço que historicamente tem abrigado parte expressiva daqueles sujeitos que tiveram suas trajetórias escolares marcadas por obstáculos e irregularidades. O seu universo tradicional (jovens, adultos e idosos) tem passado por transformações significativas, com um predomínio cada vez maior do primeiro perfil de estudante, dentre os três. Além da necessidade de trabalhar, outro fator relevante

para a juvenilização da EJA são as mudanças nas políticas públicas de fluxo escolar, que têm reduzido a oferta do ensino regular noturno, promovendo a migração cada vez mais precoce de adolescentes e jovens para essa modalidade. Tais questões reafirmam a necessidade de o trabalho ser um tema presente nas políticas, no cotidiano e nos currículos da EJA. No entanto, cabe questionar de que modo os currículos e normativas tem incorporado o mundo do trabalho atualmente? Quais os principais desafios?

As políticas educacionais possuem lacunas significativas como às da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que pouco ou nada tem a dizer sobre a EJA. Assim, os currículos que poderiam acompanhar as mudanças na sociedade, no mundo do trabalho, acabam por reproduzir currículos comuns aos anos iniciais e finais que não promoveram experiências e resultados positivos para aquelas pessoas que estão na EJA. Logo, para que seja significativo, o currículo pensado para jovens e adultos, além de sistematizar saberes, deveria responder demandas dos próprios sujeitos, apresentar as intencionalidades do ensino bem como refletir “percursos históricos e sociais, das políticas, e das mudanças ocorridas nos diversos ambientes/instituições” (Abreu; Alcoforado, 2021, p.468).

Desse modo, a proposta é analisar de que modo o mundo do trabalho está presente no cotidiano e nos currículos de estudantes de EJA de uma escola na periferia de Feira de Santana, Bahia.

O contexto escolhido é o de uma escola inserida em um bairro limítrofe entre as zonas urbana e rural, que tem sido fortemente impactada pela violência e por disputas entre facções criminosas. Além disso, apesar de se localizar a apenas seis quilômetros do centro da cidade, a precariedade das vias de acesso, de transporte e de serviços públicos reforçam a sua condição periférica.

O bairro, além de possuir casas comerciais de porte reduzido, feira livre e pequenas propriedades agrícolas, é circundado por um número significativo de indústrias de grande porte, que produzem alimentos, ração animal, móveis, além de algumas distribuidoras e empresas de logística.

A abordagem adotada foi qualitativa, com dados produzidos inicialmente, com a aplicação de questionário para traçar o perfil sociodemográfico dos discentes que frequentam os Estágios IV e V da EJA, correspondendo aos 6º e 7º anos e aos 8º e 9º anos, respectivamente. Na sequência foram realizadas duas rodas de conversa sobre o mundo do trabalho com 18 estudantes e seis deles, também participaram de entrevistas semiestruturadas para aprofundamento da discussão sobre experiências escolares e laborais, que foram categorizados, a fim de se realizar uma análise temática de conteúdo.

O texto está organizado em dois blocos principais, sendo que o primeiro tematiza o mundo do trabalho contemporâneo e dialoga com a realidade dos jovens de origem popular em termos de oportunidades e condições de trabalho. Já o segundo, discute as experiências de escolarização em articulação com o mundo

do trabalho no cotidiano e no currículo da EJA, afetaram a entrada de jovens em subempregos bem como suas perspectivas de futuro.

## 2 O MUNDO DO TRABALHO VIVIDO

O trabalho pode ser entendido como o modo pelo qual o ser humano modifica a natureza para suprir suas necessidades de sobrevivência e reprodução social (Saviani, 1994). Do trabalho extrativista e agrícola, passando pela industrialização e a informatização, as transformações produzidas, ao longo do tempo, cada vez mais foram se voltando para suprir as necessidades de um mercado em permanente expansão para obtenção de lucro.

No Brasil, a cultura escravagista foi base para construção da sociedade e das relações de trabalho, baseadas fortemente na exploração de mão de obra da população nativa e cativa. Tais traços perduraram (e perduram) em muitos aspectos da economia e das relações sociais (Silva; Nunes; Ottani, 2018). Em uma economia cada vez globalizada, as necessidades de reestruturação do capitalismo para sua reprodução afetam a todos, mas especialmente, as populações mais periféricas e marginalizadas. As mutações do mundo trabalho produziram “uma subproletarização do trabalho, que foi resultado dessa complexificação e fragmentação do mesmo” (Antunes, 2009 apud Dias, 2024, p. 47).

Com o advento das tecnologias da informação e comunicação e a crescente financeirização da economia, o mundo do trabalho se transformou nas últimas décadas. Com o crescimento exponencial do setor terciário, o trabalhador se converteu cada vez mais em um prestador de serviços. A flexibilização dos vínculos (terceirização, contratação temporária, etc.) e a precarização das condições de trabalho estão presentes tanto em ocupações emergentes mediadas por plataformas digitais (motoristas e entregadores por aplicativo, por exemplo), quanto em ocupações mais tradicionais nas áreas de limpeza, manutenção e saúde (Clementino; Araújo; Mioto, 2023).

Um exemplo radical dessas transformações se materializa na chamada plataformização do trabalho, que engloba variadas ocupações, caracterizadas por baixos rendimentos, prestação de serviços sem vínculos empregatícios e elevada exploração da mão de obra, que prioriza alta produtividade, jornadas flexíveis e remunerações variáveis (Dias, 2024).

Nesta perspectiva, os jovens ingressam no mundo no trabalho, como a mão de obra mais barata disponível, tanto muito pela baixa qualificação, quanto pela pouca experiência e maior probabilidade de sujeição a condições precarizadas.

No trabalho de campo realizado, os seis sujeitos participantes das entrevistas tinham entre 18 e 29 anos. As ocupações masculinas eram basicamente braçais, como ajudante de

pedreiro, encarregado de depósito e entregador de empresa de logística e para as mulheres, os trabalhos eram de cuidadora de criança, doméstica - a única jovem com carteira assinada - e uma vendedora que no período da pesquisa estava desempregada e vivendo com vendedora informal de rifas. Relatam ainda que suas atuais ocupações não foram planejadas, mas sim oportunidades que surgiram e foram abraçadas por necessidade.

As condições salariais se mostraram bastante precárias como questiona Gilberto (18 anos) sobre sua percepção sobre a remuneração recebida: “Justo? Não. Porque aqui o trabalho é muito pesado. Quebrar a parede, fazer massa. Um bocadinho de coisa, né? O que tiver pra gente fazer, a gente não tem que questionar, não. Tem que pegar e fazer”. Em contexto distinto, Jamile (28 anos) também relata a sobrecarga de trabalho, “porque um dia você faz um bocado de coisa, eu passo roupa, eu limpo o rack, janela de vidro. Faço um bocado de coisa, limpo casa, limpo banheiro. Só não faço comida que tem a moça lá que faz a comida”.

A submissão à superexploração em busca de um contrato mais estável, nem sempre se concretiza, como expõem dois participantes dos grupos de discussão: “apesar de você fazer o horário extra, você, no fim, não recebe a vaga” e “eu passei para mais de cem horas. Terminei sendo dispensado”.

As condições também podem ser insalubres, como relata Gilberto (18 anos) citando sua experiência: “a situação é precária, né? Até para o encarregado dá um sapato pra gente é difícil. Se a gente não arrumar, o trabalho é descalço”. Outra situação delicada é a de Jamile (28 anos) que, por não conhecer aspectos da legislação trabalhista, acredita não ter direito a horário de almoço, enquanto doméstica, devido a sua carga horária diária, pois acredita que “quem tem direito de descansar ‘duas horas de relógio’ é quem dorme no trabalho”.

A baixa escolarização e o acúmulo de experiências temporárias também comprometem as condições de empregabilidade desses jovens, pois apesar de morarem em uma localidade circundada por empresas, as ocupações disponibilizadas quase sempre exigem trabalhadores mais qualificados e pouco absorvem os jovens da região, ou seja, os sujeitos desenvolvem aqueles trabalhos considerados mais precários e residuais.

### **3 O MUNDO DO TRABALHO NA ESCOLA**

As políticas educacionais (e curriculares) para a EJA, que organizam a oferta dessa modalidade educacional, são marcadas pelo atraso, pela fragilidade e marginalidade em relação a outros segmentos. Prova disso, é que com a aprovação da Base Nacional Curricular Comum, para o ensino fundamental e o ensino médio, respectivamente, em 2017 e 2018, a EJA pouco é mencionada no

documento (Araújo; Silva; Sena, 2020).

Os marcos legais mais relevantes que regulamentam a EJA são tardios, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que definiu no artigo 37, que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” e a Resolução CNE/CEB nº1/2000, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Apesar de bastante econômico, o documento avança nas proposições de um modelo próprio e adequado às realidades do seu público-alvo, que apesar de plural tem em comum os percursos escolares irregulares, mas o trabalho recebe atenção apenas na proposição de articulação com a educação profissionalizante e de preparação para o mercado. No entanto, a centralidade do trabalho na vida dos jovens, ultrapassa essa visão pragmática de inserção laboral, pois está presente como elemento-chave para compreender os processos de exclusão socioeconômica, que contém justamente os mecanismos que os levarão até a EJA.

O trabalho, em uma perspectiva marxiana, é entendido como ontológico para a constituição do ser social, pois é a partir das suas relações com a natureza e com a cultura, que ele se humaniza, cria e produz (Saviani, 1996). Assim, considerando que o público da EJA é composto basicamente por estudantes trabalhadores, Arroyo (2017) salienta que as razões presentes para que jovens se insiram e/ou permaneçam na EJA passam por algumas buscas essenciais: por saberes, pela sobrevivência e pela empregabilidade. Os três aspectos poderiam ser eixos fundamentais de uma educação contextualizada e significativa para um público marcado por vulnerabilidades, direta ou indiretamente, atravessadas pelo trabalho.

No contexto investigado, as turmas de EJA contemplam os estágios IV e V, correspondente aos anos finais do ensino fundamental. Seus discentes são em sua maioria do gênero masculino (56,4%) e jovens com idades entre 15 e 29 (84,7%).

Tais sujeitos, ao retornarem aos estudos, tem suas trajetórias marcadas sobretudo pela baixa integração à vida escolar, como sinaliza Gilberto (18 anos): “bagunçava muito. Aí depois parei de estudar. Aí por causa do trabalho quando eu vim estudar de novo, mas aí chegava cansado. Não tinha essa aprendizagem toda. Daí eu comecei a me distanciar dos estudos e acabei perdendo de ânimo” e Wallace (20 anos), “não dava muito valor a estudo (...). Lá no meio do ano, às vezes na escola eu ficava pensando assim, aquela preguiça não vinha para a escola.

Gerusa (20 anos) relata que nunca “passou direto”. Desistiu no sexto ano, ficando três anos sem estudar. Começou a trabalhar, porém achava baixo o salário e saiu do emprego. Com a ajuda da irmã, comprou itens para revender e passou

desenvolver atividades laborais de forma autônoma.

O trabalho está presente na vida de tais jovens, tanto nas histórias pretéritas, quando abandonaram a escola para trabalhar, quanto no presente, ocasião em que o retorno é motivado em busca de certificação para continuar trabalhando ou conseguir melhores ocupações.

Gilberto (18 anos) sinaliza que “as coisas estão ficando difíceis pra todo mundo, né? A tecnologia já está avançando. Aí o cara tem que começar a correr atrás”. Jamile (28 anos) também converge com esse pensamento quando reflete que “[...] bate aquele arrependimento [de ter abandonado os estudos]. O arrependimento de você ir pra escola estudar e tem que estudar pra crescer na vida”.

A necessidade da qualificação, ou ao menos da certificação, para um melhor posicionamento no mundo do trabalho também aparece enquanto motivo para Rafael (24 anos) voltar a estudar quando ele fala que “pra pelo menos ficar no currículo lá. Ensino médio completo. Já é alguma coisa”.

No entanto, as experiências negativas de formação e abandono escolar – muitas vezes devido ao trabalho – tem pouco espaço nos currículos da EJA. A presença do mundo do trabalho (condições, mercado, precariedade) raramente são tematizadas nas propostas pedagógicas. Quase sempre a preocupação com a temática fica à mercê do interesse e sensibilidade de alguns docentes, como sinaliza duas discentes se referindo ao professor de História, que tem maior sensibilidade para a temática: “ontem mesmo foi o tema trabalho. Sobre os direitos trabalhistas” (Jamile, 28 anos) ou “ele escreve, ele vai falando lá, explicando a gente. Aí ele vai falando sobre o trabalho” (Larissa, 26 anos).

Fischer e Godinho (2014, p.6) pontuam que “o trabalho, quando reconhecido como central para a formação humana, é intrinsecamente educativo. Esta perspectiva confere outro olhar para a dimensão profissional para e nas políticas voltadas a jovens e adultos”. No entanto, uma forma recorrente de abordar o trabalho na escola é pelo aconselhamento. Alguns docentes, por se preocuparem com a realidade dos estudantes, buscam dar orientações para conseguirem ou mesmo se manterem em seus empregos, como sinaliza Gerusa (20 anos), “[o professor] dá um conselho a gente pra estudar, arrumar um trabalho”. Esse caráter pragmático emerge também no depoimento de Wallace (28 anos), que aponta que os docentes orientam sobre

a formação de currículos, postura de se comportar num setor de trabalho. Como conversar, se relacionar com as pessoas. [...] O professor de Ciências mesmo, ensinou a gente bastante sobre isso. A de Português também, explicou essas coisas todas para a gente.

A formulação de projetos de vida, um dos eixos da mais recente do ensino médio brasileiro, também não emerge nos depoimentos (Silva; Danza, 2022). A necessidade de permanecer trabalhando é premente e contribui para o rebaixamento das aspirações e projeções de futuro, como resume Jamile (28 anos), “eu trabalho porque tem que pagar as contas. (...) tem gente que fala, trabalho porque tem o amor. Não! Trabalho é o amor do dinheiro pra poder sobreviver e pagar as contas”.

Num contexto marcado pela violência, Wallace (28 anos) conferiu ao trabalho um sentido que caminha entre o redentor e o corretivo, pois além de poder se manter, acredita que através do trabalho, as pessoas podem se afastar de “caminhos errados” onde “às vezes, você sem trabalho, sem objetivo nenhum para fazer, só aparece coisas erradas. E o trabalho, nessa oportunidade, já lhe ajuda para livrar de um bocado de coisas”.

Para finalizar, essas perspectivas de futuro rebaixadas podem ser sintetizadas no depoimento de Rafael (24 anos) que pretende continuar atuando como motorista, porém deseja poder guiar um carro maior para “[...] viajar o mundo, conhecer lugares, trabalhar. Conhecer o mundo”. Almeja ainda “ter casa, ter meu transporte, ter a vida estável, só isso. Muita coisa não. Não vai levar nada mesmo”.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O universo pesquisado reforça a ideia de que o trabalho pode ser tanto motivo de evasão quanto de retorno à escola entre a juventude de classe popular. O abandono da escola torna o retorno desafiador, pois, além das novas demandas familiares e laborais, encontrarão as limitações curriculares e estruturais da EJA. Do ponto de vista da inserção profissional, a condição periférica do local de moradia somada aos precários capitais escolares e experiências laborais limitam suas condições de empregabilidade.

A pesquisa apontou o lugar marginal ocupado pelo trabalho nas experiências escolares, em contraposição à intensa presença do mundo laboral nas vidas dos(as) jovens participantes. Muitos deles já vivenciaram diferentes experiências profissionais, mas sempre em condições precárias, que poderiam ser tematizadas e tomadas como mote para que pensar e compreender a condição juvenil desses sujeitos em termos históricos e sociais.

Desse modo, as perspectivas de futuro são limitadas não apenas pelas

condições objetivas de vida, mas também por uma educação que não consegue fomentar leituras mais ampla acerca do lugar que ocupam em um mundo laboral e social cada vez mais precário.

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. C. S.; ALCOFORADO, J. L. L. M. O currículo na Educação de Jovens e Adultos: um estado do conhecimento nos periódicos da Educação. **Retratos da Escola**, v. 15, n. 32, p. 465–482, 2021. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1243>. Acesso em: 8 jul. 2024.

ARAÚJO, G. C. C.; SILVA, L. R. B.; SENA, L. C. P. S.. A Educação de Jovens e Adultos e a BNCC do Ensino fundamental. **Linhas Críticas**, Brasília , v. 26, e30582, jan. 2020. Disponível em:. Acessos em: 13 jul. 2024.

ARROYO, M. G.. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 27833, 23/12/1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em 08 janeiro 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº1 de 5 de julho de 2000**, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. 2000b. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.

DIAS, R. R.. Da escola para o trabalho e do trabalho para a escola: experiências de inserção social e laboral de jovens estudantes da EJA. 2024. 119 f. **Dissertação** (Mestrado Acadêmico em Educação) - Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2024.

FISCHER, M. C. B.; GODINHO, A. C. F. Trabalho, Educação e Emancipação Humana: afirmação da educação como direito. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 22, n. 65, p. 1-25, jun. 2014.

SAVIANI, D.. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. et al. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-168.

SILVA, M. A. M. D.; DANZA, H. C.. Projeto de vida e identidade: articulações e implicações para a educação. **Educação em Revista**, v. 38, p. e35845, 2022.

**Palavras-chave:** EJA; Trabalho; Escolarização.